

Crise

Teixeira dos Santos com José Sócrates no debate sobre o PEC IV



DANIEL ROCHA

Alternativa ao FMI PCP sugere venda de activos financeiros no estrangeiro

Nuno Sá Lourenço

● O Partido Comunista Português defendeu ontem a venda de activos financeiros na posse do Estado português para fazer face aos "juros que se têm que vencer" nos próximos meses.

Foi esta a solução que Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, propôs para responder "de imediato" ao "momento de sufoco". Segundo o líder comunista, uma iniciativa deste tipo seria uma alternativa a um pedido de ajuda externa que critica por impor "condições" e "intermediações" prejudiciais aos interesses do país.

Frisando que a solução "não resolve" o problema da dívida, o comunista explicou que desta forma se conseguiria "despertar a corda" que está ao pescoço do Estado. "Bastaria a venda de 20 por cento dos títulos e obrigações [de instituições públicas no estrangeiro] e a compra da dívida pública portuguesa para desatarmos e aliviarmos esta corda que se coloca neste momento", defendeu. Deu como exemplo os activos na posse dos fundos da CGD, de financiamento da Segurança Social e de pensões do Banco de Portugal e que perfazem um total de 55 mil milhões de euros.

Para enfrentar o problema a longo prazo, os comunistas defendem a renegociação imediata da actual dívida pública, "com a reavaliação dos prazos, das taxas de juro e dos montantes a pagar", a procura de uma "acção convergente" com países com problemas idênticos "para barrar a actual espiral especulativa" e a "renegociação ou cessação de contratos que se



Jerónimo considerou "inaceitável" a decisão da banca de deixar de emprestar dinheiro ao Estado

mostrem ruinosos para o Estado das parcerias público-privadas". Consideram ainda que o Governo poderia apostar na diversificação das fontes de financiamento, através da emissão de certificados de aforro e do tesouro e de incentivos à poupança nacional.

Jerónimo de Sousa não deixou ainda passar em branco o anúncio feito pelos bancos portugueses sobre a sua indisponibilidade para emprestar dinheiro ao Estado. "Esta é uma declaração inaceitável. Portugal não pode continuar a aceitar que sejam aqueles que mais beneficiaram do processo de endividamento a querer ditar o modo e as condições com que o país continua a ser saqueado", afirmou, depois de lembrar que foi o Estado que foi em socorro do sector quando este necessitou.

Governo suspende redução de dirigentes e fusões de organismos da administração central

Ana Rita Faria e João Ramos de Almeida

Dados da execução orçamental do primeiro trimestre de 2011 indicam que a despesa total terá caído 3,6 por cento

● O Governo suspendeu ontem o processo de reestruturação e fusão de organismos públicos previsto no Orçamento do Estado (OE) e no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC IV), que previa a redução de 991 cargos dirigentes. A tarefa de racionalizar as estruturas do Estado passa, assim, para o próximo executivo.

Em comunicado, o Ministério das Finanças explica que a rejeição do PEC IV, a demissão do Governo e a convocação de eleições para 5 de Junho "implica que o Governo exerça actualmente funções estritas de gestão, pelo que - especificamente no que respeita à pretendida reestruturação da administração central do Estado em 2011 (...) caberá ao próximo Governo aprovar as leis orgânicas de cada área ministerial" e a sua "regulamentação orgânica específica dos diversos serviços e organismos do Estado".

Os procedimentos que permitiram levar a cabo essa racionalização foram, por isso, suspensos, bem como a reunião marcada com as organizações sindicais para abordar essas medidas. Um das 40 fusões ou extinções adiadas, que já estavam previstas no OE 2011, é a da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) com a Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais (DGAIEC), com a criação de uma autoridade na administração fiscal nacional.

Da lista fazem ainda parte outras fusões: a do Instituto Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias e da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária com o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT); a fusão das direcções regionais de economia nas comissões de coordenação de desenvolvimento regional; a passagem das funções do Instituto de Informática do Ministério das Finanças para a empresa pública GERAP de serviços partilhados; e a fusão dos serviços prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social.

Estas medidas integram-se numa segunda fase do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e que estavam previstas no corpo do Orçamento do Estado de 2011. Eram "medidas necessárias à redução das estruturas

ORÇAMENTO DO ESTADO 2011

991

É o número de cargos dirigentes que o Governo se propôs reduzir no PEC IV. Com a demissão de Sócrates, as medidas de racionalização terão de ser retomadas pelo próximo executivo

orgânicas" e que implicavam "rever e republicar novas leis orgânicas de diversos ministérios e serviços". De acordo com o Ministério das Finanças, o Governo concluiu mais de 25 por cento dos processos de extinção ou fusão previstos no OE, embora não tenha especificado quais. Quanto à meta de redução dos 991 cargos dirigentes (correspondente a mais de 15 por cento do universo global), só foi assumida em Março, na apresentação do PEC IV e acabou por ficar adiada até à próxima legislatura.

Estado reduz despesa

Num outro comunicado ontem divulgado, o Ministério das Finanças avan-

çou com alguns dados da execução orçamental relativos ao primeiro trimestre, visto que, até agora, apenas se sabiam os números relativos aos dois primeiros meses do ano.

De acordo com o Governo, "a informação preliminar de Março aponta para um nível de redução semelhante na despesa do Estado (...) mais acentuada do que a previsão do Orçamento do Estado para 2011". A despesa total terá caído 3,6 por cento até Março, enquanto a despesa primária (que não inclui gastos de investimento) diminuiu 3,3 por cento. O corte na despesa com pessoal terá sido de 8,2 por cento, provavelmente graças ao corte salarial na função pública.

Quanto à receita fiscal, as Finanças não avançam números, dizendo apenas que terá tido, em Março, um aumento de magnitude idêntica aos dois meses anteriores, nos quais disparou 10,7 por cento. O Governo não adiantou, ainda, qual terá sido o défice do Estado no primeiro trimestre. Nos dois primeiros meses do ano, o défice reduziu-se em 841 milhões de euros e passou mesmo a excedente ao nível da administração central. Desde Janeiro, o Governo tem vindo a antecipar dados isolados das execuções orçamentais, numa tentativa de apaziguar os mercados quanto ao esforço de consolidação nacional.